



Merval Pereira

Caminho aberto.

O PSDB decidiu responder aos ataques do PT, de que é um partido elitista, enumerando diversos pontos de sua agenda social, o que facilita a ênfase no espírito da social-democracia pedida por Marina.

O documento lido pelo candidato do PSDB Aécio Neves em Pernambuco, onde recebeu o apoio da família Campos e do PSB regional, é um roteiro combinado com o grupo da ex-candidata Marina Silva para abrir caminho para a adesão à candidatura do tucano. No texto, foi ressaltado todo um conjunto de ações sociais desencadeadas pelo PSDB quando esteve no governo, desde a universalização do acesso ao ensino fundamental e a criação do Fundef, que financia o ensino, até a adoção da educação em tempo integral para os alunos do fundamental.

O PSDB decidiu responder aos ataques do PT, de que é um partido elitista, enumerando diversos pontos de sua agenda social, o que facilita a ênfase no espírito da social-democracia pedida por Marina. Um programa eleitoral com essa ação histórica do PSDB está sendo preparado para rebater as críticas dos petistas. Aécio ressaltou que foi no governo tucano que na prática se instalou o SUS (Sistema Único de Saúde), surgiram os genéricos e a entrega gratuita de medicamentos aos mais pobres para a construção de um Estado de bem-estar social.

Lembrou que foi a partir de 1994 que se inaugurou uma política de aumento real dos salários mínimos, transformada em lei mais tarde, aumentando os benefícios da Previdência. Ressaltou que foi com os governos tucanos que se generalizaram as políticas de transferência direta de renda, as bolsas, assim como o Benefício de Prestação Continuada, que garante renda mínima de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência.

Reforçou que os tucanos criaram o Ministério da Reforma Agrária e o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e assentaram cerca de 500 mil famílias, afirmando que a reforma agrária precisa ser retomada com prioridade. De todos os pontos destacados pelo grupo de Marina, o fim da maioridade penal foi apenas tangenciado, e mesmo assim com sinalizações de que a política de um futuro governo do PSDB levará em conta que os jovens não devem receber apenas punições.

Está aberto o caminho para a chegada de Marina Silva.

O desafio dos candidatos

O professor Cesar Romero Jacob, da PUC-RJ, especialista em análises eleitorais a partir da divisão geográfica dos votos, destaca que a cada década tivemos um desafio, e hoje nenhum candidato está conseguindo decifrar qual é o desta década. Quem o interpretou corretamente levou a eleição nas vezes anteriores, comenta.

Na década de 1980, o desafio era o político; transitar da ditadura para a democracia. Ali havia uma palavra de ordem fácil de entender: Diretas Já. Nos anos 1990, era acabar com a inflação. Sobretudo depois que o Plano Real o fez, ficou fácil compreendê-lo. "Esses são temas que permeiam todos os grupos sociais, e é o elemento de unificação dos diversos segmentos", destaca o professor.

No ano 2000, tivemos a questão da inclusão social, que se materializou no Bolsa Família. Em todos esses anos tivemos intérpretes desses momentos que catalisaram os anseios da sociedade, fosse Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, ou Lula, pelo PT. Hoje, diz Romero Jacob, a divisão é socioeconômica, e não geográfica. A divisão de votos por classes mostra Aécio muito bem nas classes A e B, e Dilma muito bem nas classes D e E. A classe C é a que reproduz essa divisão nacional e pode, segundo ele, decidir a eleição.

Hoje, ainda não há uma palavra de ordem que congregue todos os setores; o que há são demandas segmentadas, constata Jacob. As classes A e B estão preocupadas com a ética na política, uma agenda moral e o crescimento da economia. As classes D e E não têm uma agenda moral; preocupam-se com a preservação do Bolsa Família. E a classe C "de certo modo será a chave para que o candidato leve uma palavra de ordem comum".

Das manifestações públicas do ano passado até hoje, a diferença entre o padrão Fifa e o que existe no Brasil nos serviços públicos é o que unifica as classes, diz ele. As classes A e B já desistiram de uma educação pública de qualidade; vão para as escolas privadas. Ou de uma saúde de qualidade; vão para os planos de saúde. Ou de um transporte público de qualidade; andam de carro.

Já a classe C precisa dos serviços públicos de qualidade para poder manter seu padrão de vida, e as classes D e E dependem dela para trabalhar e sobreviver.

Publicação simultânea com o jornal O Globo, do Rio



Mediação intercultural: uma realidade a pensar.

Estimular a mudança de atitudes, propiciar a participação efetiva de todos com reconhecimentos mútuos será para o programa de mediação uma perspectiva enriquecedora com a diversidade para o fortalecimento dos valores do reconhecimento do outro e da solidariedade social.

O recente ingresso de imigrantes em nosso Estado traz à discussão um tema que, na Europa, tem se desenvolvido, o da mediação intercultural. Aliás, esse foi um tópico do X Congresso Mundial de Mediação, realizado em Gênova, na Itália, de 22 a 27 de setembro.

Não há falta de legislação porque cada país tem sua normativa própria, além de observar as diretrizes internacionais. No Brasil, por exemplo, temos a Lei 9474-97 referente à proteção dos refugiados, a Lei 6.815-50, denominada Estatuto dos Estrangeiros. Porém, como apontou a Leila Bijos em artigo intitulado Reavaliação do Conceito de Refugiados, o aprofundamento dos fluxos entre os espaços mundiais acelerou conflitos e os Direitos Humanos, o Direito Humanitário e a Convenção de Genebra, relativa ao Estatuto dos Refugiados, não demonstram completa eficiência e eficácia para garantir proteção integral do ser humano.

A procura de espaços, longe de possíveis limitações de seus países de origem, contribuiu para o que se passou chamar refúgio. Embora o Brasil tenha atuado diretamente na integração de estrangeiros na condição de refugiados, especialmente originários da África e da América do Sul, constituindo a grande maioria angolanos, o foco que merece olhar é o da mediação intercultural.

Não se trata apenas de se preocupar com emergências humanitárias, relações de trabalho, mas, também, de facilitar a comunicação entre os migrantes e a relação desses com os nacionais, prevenindo ou atendendo conflitos. É importante desenvolver espaço para que os nacionais, especialmente jovens e crianças, desenvolvam a sensibilidade para o outro, para o diferente, olhando para o que nos une, a humanidade, e aprendendo com o que é diverso.

Os entraves à mediação intercultural iniciam com a dificuldade de comunicação, compreensão da língua do "migrante", termo genérico utilizado no Congresso. Acrescenta-se a isso seus costumes e crenças, que devem ser respeitados. Aliás, o respeito à dignidade do migrante, a superação dos preconceitos e inclusão efetiva do estrangeiro à atuação de mediador foram algumas das questões trazidas à discussão no X Congresso Mundial.

É certo que mesmo para uma mera assistência humanitária, o migrante detém confiança em quem fala sua língua de origem, eficaz para manifestação de sentimentos e emoções. Por outro lado, a escuta ativa do mediador fica prejudicada com a intervenção de um intérprete. E aí surge outra questão, o estrangeiro será um mero tradutor ou deverá haver um esforço para preparação de lideranças entre os migrantes para atuarem em mediação com nacionais?

Não é caso, pois, de mera tolerância, mas sim, de reconhecimento. Esse é o alerta que fazem Alejandro Nató, María Gabriela Querejazu e Liliana Carbajal na obra "Mediação Comunitaria. Conflictos en el Escenario Social Urbano". E aí é importante destacar que a diversidade cultural é questão complexa e transcende às fronteiras físicas convencionais. Embora a maior preocupação seja com os migrantes, que vêm sem destinação definida e que se apresentam no País com pedido de permanência e trabalho, é necessário ter presente que a cada dia recebemos estrangeiros que desejam encontrar oportunidade em nosso Estado. São estrangeiros, refugiados e migrantes estrito senso que exigem inserção social e atendimento de seus conflitos.

É tempo, pois, de pensarmos na necessidade de lançarmos o olhar para um outro viés em que a mediação poderá contribuir no espaço da interculturalidade. Estimular a mudança de atitudes, propiciar a participação efetiva de todos com reconhecimentos mútuos será para o programa de mediação uma perspectiva enriquecedora com a diversidade para o fortalecimento dos valores do reconhecimento do outro e da solidariedade social.

Genacéia Alberton

Coordenadora do Núcleo de Estudos de Mediação ESM-Ajuris

Manifestações de exclusiva
responsabilidade dos colunistas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO RS

Criança não trabalha!

O nosso País assumiu perante a comunidade internacional o compromisso de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e todas as formas até 2020.

O dia 12 de outubro é dedicado às crianças. É dia de ganhar presentes, sair para brincar em parques, andar de bicicleta, passear com a família, enfim, viver a infância de maneira plena e feliz. Mas será que todas as crianças brasileiras podem vivenciar esta felicidade no seu dia?

Infelizmente, a resposta é negativa. Muitas de nossas crianças estão neste momento trabalhando no campo, em plantações das mais diversas, em feiras, nas ruas vendendo balas, cortando cana, realizando trabalho doméstico, atuando como babás e em tantas outras atividades.

O Brasil tem cerca de 3,2 milhões de pequenos trabalhadores. E o Rio Grande do Sul, segundo a última Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2013, possui 3 mil trabalhadores entre 5 e 9 anos de idade, 52 mil entre 10 e 14 anos e 160 mil entre 15 e 17 anos.

O nosso País assumiu perante a comunidade internacional o compromisso de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e todas as formas até 2020. Temos, portanto, um longo caminho a perseguir. E isso só será possível se pudermos conscientizar a todos da necessidade de cumprimento do artigo 227 da Constituição Federal, que assegura cuidado e proteção integral das crianças e dos adolescentes, pelas famílias, pela sociedade e principalmente pelo Estado.

Assim, cumprindo com seu papel institucional e assumindo sua responsabilidade social, a Justiça do Trabalho engajou-se inteiramente à Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil, e vem desenvolvendo ações e atividades que busquem sensibilizar o poder público e a sociedade de que é necessário unir esforços nessa luta pela eliminação completa do trabalho infantil.

Precisamos desconstruir discursos e mitos de que o trabalho infantil possibilita um futuro melhor para as crianças e adolescentes, sendo elemento regenerador da infância pobre. Todas as pesquisas e estatísticas, no entanto, demonstram exatamente o contrário, no sentido de que o trabalho infantil é fator de exclusão social e acaba por reproduzir a pobreza.

É dever de todos assegurar às nossas crianças e adolescentes uma infância feliz e digna, possibilitando-lhes educação de qualidade para que desenvolvam todas as suas potencialidades física, psíquica e intelectuais em cada etapa da vida.

Convidamos a sociedade gaúcha a abraçar esta causa. Unindo esforços, poderemos nos próximos anos comemorar o Dia de Criança com a certeza de que todas as crianças e adolescentes brasileiros tiveram a oportunidade de sonhar, de brincar, de serem cuidados e protegidos, de terem educação de qualidade, enfim, de serem felizes.

Rosane Serafini Casa Nova

Desembargadora e Gestora Regional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do TRT